



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
SECRETARIA DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO 01/2025 – SEC. SAÚDE

Ao Diretor de Recursos Humanos
Ref. Pagamento de Servidor cedido
Interessado – Roberto Mota Araújo Rios

EMENTA:

SERVIDOR CEDIDO POR DECRETO PESSOAL COM VIGÊNCIA ATÉ JUNHO DE 2026. REVOGAÇÃO DE TODAS AS CESSÕES POR DECRETO GERAL EM 02/01/2025. COMUNICAÇÃO DO SERVIDOR EM 31/01/2025. EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO MUNICÍPIO EM JANEIRO DE 2025. PAGAMENTO DE SALÁRIO. POSSIBILIDADE.

Sr. Diretor

O servidor público em questão era cedido ao Município de Retirolândia, através de **decreto pessoal** e prestou serviços em janeiro de 2025, embora sua cessão tenha sido revogada por **decreto geral** em 2 de janeiro de 2025.

Recebido em:
12/02/2025
às 13:30



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
SECRETARIA DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA

O servidor só foi pessoalmente informado da revogação da sua cessão em 31 de janeiro de 2025. Tendo, repita-se, efetivamente prestado serviços.

A legislação que rege a situação de servidores públicos pode variar conforme o ente federativo (União, Estados, Municípios) e a categoria do servidor (efetivo, comissionado, etc.). Normalmente, o pagamento de proventos está vinculado à regularidade da vinculação do servidor ao cargo, ou seja, nesse caso, a existência de vínculo com o Município e a efetiva prestação dos serviços.

Se o servidor prestou serviços efetivamente durante o mês de janeiro de 2025 e não houve comunicação formal e oportuna do fim da cessão, argumenta-se que ele agiu como se ainda estivesse no exercício de suas funções. A falta de comunicação pode criar um entendimento de continuidade tácita na prestação de serviço.

O servidor, ao prestar serviços, gerou uma expectativa legítima de recebimento, que poderia ser reafirmada pela conduta da administração em aceitá-lo.

A comunicação tardia da rescisão pode ser interpretada como um vício na formalização da ruptura do vínculo, o que torna a cobrança de compromisso uma obrigação da administração.



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
SECRETARIA DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA

Diante do exposto, recomenda-se que o servidor apresente um requerimento administrativo sugerindo a concessão dos proventos referentes ao período em que efetivamente prestou serviços, **sugerindo, por fim, o imediato pagamento do servidor.**

É o parecer, SMJ.

Retirolândia, 12 de fevereiro de 2025

AQUILES NEREU DA SILVA LIMA

Assessor Jurídico

OAB-SE 473B